

SIMPÓSIO AT012

O ENSINO GRAMATICAL NO BRASIL: DA COLONIALIDADE À DECOLONIALIDADE

ROSA, Helda Núbia

Universidade Federal de Goiás e CAPES

Heldanrosa28@gmail.com

Resumo: O presente artigo tem a missão de elucidar as questões coloniais e decoloniais do ensino gramatical no Brasil. Desse modo, por meio da Historiografia Linguística, procuramos elencar o método dos gramáticos do século XX que fizeram com que o ensino gramatical se desenvolvesse de modo colonial e eurocentrado, relegando a segundo plano a língua falada por nós, brasileiros, e sobrepujando a língua do colonizador. Intenta-se demonstrar como, no passar dos anos, o livro gramática consolidou um modo eurocentrado de ver o mundo e subjugar a língua do colonizado por ser ela constituída por elementos decoloniais como o indígena e o africano, principalmente. Analisaremos a visão do colonizador que se imputa aos livros de gramática desde a capa até o modelo de língua a ser utilizado. A ruptura com esse modelo colonial pré-estabelecido aconteceu em 2016, com a *Nova Gramática do Português Brasileiro: tradição e ruptura*, uma obra voltada para a decolonialidade por tratar da língua falada pelo povo brasileiro. A língua brasileira é trazida à tona e recebe a devida importância frente aos avanços da política linguística que se instala no Brasil desde a década de 1970 e que tende a mudar o panorama do ensino gramatical brasileiro. Para tanto nos valeremos de um aparato teórico-metodológico baseado em Quijano (2005), Mignolo (2008), Walsh (2009) entre outros que contribuíram para que percebêssemos essa trajetória.

Palavras-chave: Língua Portuguesa; língua Brasileira; ensino gramatical; colonialidade; decolonialidade.

Abstract: The article has as aim to elucidate the colonial and decolonial issues around grammar teaching in Brazil. In this way, using the Linguistic Historiography, it tries to list the method used by grammarians of the twentieth century. They developed the grammatical teaching in a colonial and eurocentric way and it could not get rid of that fate, relegating the grammar to the background the language spoken by Brazilian people and surpassing the colonizer language. The text attempts to demonstrate how, over the years, the grammar book has become a Eurocentric way to understand the world and subjugating the language spoken by colonized people. Because it is constituted by decolonial elements, such as the indigenous and the African speakers. Especially, it will analyze this colonialist view from the outside of the book, through the concepts, examples and the model of literary language worked by grammarians. Until, through the research carried out by Ataliba Castilho, in 2016 a work is born that makes a leap towards decoloniality, because it shows the language spoken by the Brazilian people. Moreover, it is not treated as more than a language forged by the grammatical rules. The Brazilian language is brought to the fore and given real importance around the language policy advances that has been

implemented in Brazil since the 1970s. In addition, it tends to change the panorama of Grammar teaching in Brazil. For that, we will use a theoretical-methodological based on Quijano (2005), Mignolo (2008) and Walsh (2009), among others, which contributed to real development of this article.

Keywords: Portuguese Language; brazilian language; grammar teaching; coloniality; decoloniality.

Introdução

A colonialidade está vinculada à submissão dos colonizados aos colonizadores, ao reconhecimento de uma raça superior cujos valores se sobrepõem aos valores dos julgados inferiores. Conforme Quijano (2005, p. 228), “[...] a codificação das diferenças entre conquistadores e conquistados na ideia de raça, [...] estrutura biológica que situava a uns em situação natural de inferioridade em relação a outros”, nomeando-se a si mesmos de “brancos” e não brancos, os colonizados, que eram julgados pelos traços fenotípicos, estabelecendo uma divisão racial que não existia antes da América.

Desse modo, a colonialidade afeta o modo de ser e de pensar de um povo e, conseqüentemente, sua língua, que, por sua vez, constitui um padrão de poder imputado aos colonizados. Partindo da necessidade de que o colonizado aprendesse a língua do colonizador para apagar os saberes decoloniais arraigados em sua própria língua, considerados inválidos ou de menor ou nenhuma notoriedade em comparação aos saberes eurocentrados, os quais os nulificam.

Numa corrente inversa, os povos do sul começaram a dignificar seus próprios saberes, cultura, língua válidos do ponto de vista do pensamento e da realização da comunicação, cada vez mais, estão saindo da sombra para ganhar seu lugar de deferência. Há uma corrente decolonial que faz-nos crer que a epistemologia do sul tenha prestígio configurando uma forma diferente de se pensar o mundo.

A decolonialidade prevê um projeto de cunho tanto político, quanto epistêmico que segue no sentido contrário à colonialidade. Ela surge em espaços outros em que os saberes pré-fixados não valem por fazerem parte de

uma realidade externa a que se vive. Para Mignolo (2008), o pensamento colonial é sempre uma contrapartida de um fazer decolonial separando a teoria e a práxis, uma invalidando a outra, desmerecendo o conhecimento empírico desnecessário para a constituição da modernidade.

O Brasil está nessa deriva de modernidade pautada na decolonialidade por várias razões. O que se pretende discutir nesse trabalho é em que medida a língua, como fato agregador e social, pode ser colonial ou decolonial, uma vez que se ensina aos brasileiros uma língua desconhecida deles, a língua pautada pelas normas do livro de gramática tradicional.

Sendo assim, o estudo historiográfico que se faz aqui é no intuito de traçar o perfil da colonialidade do ensino gramatical no Brasil e, quem sabe, mensurar sua decolonialidade na atualidade. Principalmete no que tange ao linguísta e gramático Ataliba Castilho idealizador do *Projeto NURC* e também da *Nova gramática do Português Brasileiro: tradição e ruptura*, a qual discutiremos aqui.

1 A colonialidade e o eurocentrismo refletidos na língua portuguesa

O pensamento colonial e colonizador sobre a língua portuguesa no Brasil serviu tanto para o século XX quanto para o XXI, nesses primeiros dezenove anos. Tanto os pais, quanto os alunos e até os professores, que não sabem outro jeito de ensinar, reclamam das aulas de português, que são a descrição pura da língua nos moldes da gramática normativa, constituindo um vício da colonialidade.

Nesse tipo de ensino de língua, gramática normativa e língua culta são correspondentes, uma vez que a gramática representa a forma ideal para falar e escrever bem. Esse conceito surgiu da necessidade política de integração do Império Espanhol, isto significava unificar a Península Ibérica não usando armas, mas valendo-se da língua, fazendo nascer a soberania de uma variante da língua em detrimento de outra. As gramáticas foram constituídas como um

aparato metodológico de controle político e de reforço do eurocentrismo, no caso da língua portuguesa no Brasil, em detrimento dos subalternos.

Dando um salto na história, levando em consideração que essa tradição foi se firmando gradativamente, no Brasil não foi diferente. Eduardo Carlos Pereira (1855-1923), primeiro gramático brasileiro, foi quase que literalmente copiado por Silveira Bueno (1898-1989), Ismael de Lima Coutinho (1900-1965) e, não apenas os dois, mas também Napoleão Mendes de Almeida (1911-1998), e até Evanildo Bechara (1928), um expoente da gramática no Brasil. Não havia inovações porque a língua precisava ser preservada e mantida muito próxima da nação lusitana.

O valor atribuído às gramáticas, no contexto educacional e na formação de professores, disseminaria o colonialismo, tornando-a uma obra de indicação e leitura obrigatória, conforme aponta Uchôa. Como disse Mignolo (2008), o pensamento eurocentrado não corresponde à sensibilidade do povo subalterno e subjugado, como ocorre na relação entre a língua portuguesa e o povo brasileiro.

As pessoas são obrigadas a aprender uma língua que nunca será falada por elas, existem duas línguas distintas porque, conforme aponta Mattos e Silva (2004, p. 11), “multiplicam-se as situações em que dizem, no Brasil, que vai mal a língua portuguesa”. A tendência agora é ir contra essa corrente e enfatizar o uso do português brasileiro que não é uma variante do português de Portugal, mas outra língua constituída por uma diversidade linguística muito expressiva.

A nação portuguesa já estava consolidada culturalmente, etnicamente e linguisticamente o que justifica que o povo brasileiro copie o modelo e siga-o mesmo sem compreender para onde está sendo levado. O brasileiro sempre foi guiado em direção da supervalorização da língua do colonizador e nesse clima nasce tradição gramatical brasileira.

2 Então, o que há de decolonial no ensino gramatical?

Ataliba Castilho participou e coordenou projetos de pesquisa como o Projeto de Estudo da Norma Urbana Linguística Culta (Projeto NURC), Projeto de Gramática do Português Falado e Projeto de História do Português Brasileiro. Em 2016, se reinventou mais uma vez com a *Nova Gramática do Português Brasileiro*, a qual tem direcionado novas pesquisas linguísticas decoloniais com relação ao português falado no Brasil.

Nesse caso, a inovação já começa pelo próprio autor que é um estudioso da língua falada e se estende ao título: *Nova gramática do Português Brasileiro: tradição e ruptura*, diferentemente dos demais, ele lida com o português brasileiro. Já na capa as cores verde e amarela reforçam a brasilidade e o desejo de que essa língua seja reconhecida como a verdadeira língua do povo brasileiro. Admitindo que o Brasil tenha uma língua própria e não uma variante do português de Portugal, como havia dito Coutinho (1976).

Castilho chama sua obra de gramática porque quando se trata de ensino de língua, logo o que vem à mente é que trataremos sobre “gramática”, normatização, uma ideia arraigada no ideário brasileiro e tornando substancial a tradição firmada por todos os gramáticos desde o século XX, no Brasil.

Numa contra corrente, a decolonialidade no ensino de língua portuguesa, segundo Castilho (2016), inicia-se a partir de 1970 com o desenvolvimento da pesquisa linguística, que conseguiu provar que não é possível haver uma variante padrão do português brasileiro tendo em vista que os brasileiros cultos e escolarizados tem diferentes modos de falar, intensificando as diferenças linguísticas.

Rodolfo Ilari apresenta a gramática de Castilho dizendo que o título não poderia ser mais previsível, uma crítica à continuidade colonial que é representada pela palavra gramática inserida no título. No entanto, a ruptura está por conta do pioneirismo de Castilho relacionado aos estudos da língua, desde o projeto NURC, isto é, o trabalho de uma vida inteira em prol da decolonialidade linguística está condensado nessa obra.

De acordo com Castilho (2016, p. 31), a língua portuguesa “nos séculos XVI e XVIII foi rotulada como português **no** Brasil, pois era inteiramente

lusitana, [...] começou-se a distanciar do europeu, sendo denominada língua **do** Brasil” (grifos do autor). Ele define a história da língua portuguesa no Brasil ao grifar as preposições *no* e *do*, às quais denominam a visão que se tem da língua e como ela pode ser encarada. Referindo-se, em primeira instância, a uma língua “estrangeira” e, ao se dizer *do*, insere-se o sentido de posse, isto é, a língua falada pelo povo.

A obra em questão surge da necessidade de se criar uma identidade linguística para o Brasil e a decolonialidade começa pela iniciativa do professor Castilho em fazer esse trabalho, posicionando-se diante do imperialismo como ressalta Mignolo (2008). O professor Ataliba Castilho (2016, p. 31) diz que ao invés de criar uma gramática como qualquer outra, ele pretende identificar “[...] os processos criativos do português brasileiro [...]”, não abrindo mão do estudo da língua brasileira.

O exemplo a seguir, mostra-nos exatamente qual é a diferença entre a língua estudada por Castilho em oposição à língua literária sublimada por seus antecessores: “Passarim avôe mais baixo, quando ocê cantá mais eu” (CASTILHO, 2016, p. 132). Ele fundamenta sua gramática no uso cotidiano da língua falada nas rodas de conversas, nos jornais, nos telejornais e não considera que os escritores trabalhem para a promoção de regras gramaticais que nortearão toda a vida de pessoas alheias a isto, muitas vezes.

Castilho tende a ir numa maré oposta já que quer perceber como a enunciação ocorre, ele sabe que o ensino e o Estado são sensíveis ao que a ciência diz e como ela diz, mas o dado antropológico é que vai ser a opção decolonial que “[...] se vuelca hacia el sujeto enunciante; se desprende de la fe en que el conocimiento válido es aquel que se sujeta a las normas disciplinarias [...]”, de acordo com Mignolo (2008, p. 247).

Ataliba Castilho (2016, p. 194) disse que essa é “a hora e a vez do português brasileiro” lançando luz à discussão decolonial. No final da obra, ele incentiva a pesquisa decolonial no que tange ao ensino do português brasileiro sugerindo projetos que podem ser desenvolvidos com relação à língua falada e

escrita, ao texto, à organização da estrutura funcional da sentença o que de fato demonstra ser ele um pesquisador engajado nessa área.

Considerações finais

A questão da decolonialidade no Brasil, apesar de já contarmos com algumas décadas desde o seu surgimento, não tem ainda tanta notoriedade. Como já foi explicado aqui, em primeiro lugar, o eurocentrismo está enraizado de uma forma muito forte e conduz tudo o que conhecemos como pesquisa no ensino gramatical.

Se voltarmos nossa atenção para os professores criados a partir do ensino de gramática tradicional, veremos a tendência a repetir, sem nenhuma sombra de dúvida, o modelo que aprenderam com os gramáticos colonialistas. Mesmo que a Linguística tenha mudado a forma de pensar o ensino de língua, isto ainda não foi o suficiente para mudar o *modus operandi* do professor de português que só sabe repetir os mesmos conceitos e fazer com que o aluno esmiúce frases e as decomponham em partes sem nenhum significado usual.

A colonialidade está entranhada em todos aqueles que trabalham direta ou indiretamente com as questões linguísticas no país, tanto professores quanto pais que cobram que os filhos aprendam a classificar a língua como ele aprendeu no passado porque esse é o certo.

Enquanto a decolonialidade, apresenta-se nas formas da língua, na variedade linguística falada que não compete com a variedade escrita, em detrimento de uma língua hegemonicamente portuguesa. O eurocentrismo passa a ser uma visão deturpada da realidade vigente, embora ainda exerça uma força real sobre tudo o que falamos, pensamos e sentimos.

Por isso, mesmo que tenhamos ressaltado a *Nova Gramática do Português Brasileiro: tradição e ruptura* (2016), de Ataliba Castilho como um instrumento real da decolonialidade na questão do ensino gramatical, ela não pode ser considerada decolonial em sua totalidade. O linguista Ataliba Castilho,

por si só, é ruptura, mas o simples fato de ele ter nomeado sua obra de gramática, faz dela imanência pela tradição que se estabelece.

Por fim, é muito difícil quebrar um elo tão forte como o do eurocentrismo que se instalou entre nós e de modo acachapante não nos deu chance de revidar..O que se espera é que em breve tenhamos escrito uma história de decolonialidade do ensino de gramática no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAMPOS, Márcio D’Oliveira. **SURear, NORTEar y ORIENTar: puntos de vista desde los hemisferios, la hegemonia y los indígenas in prácticas otras de conocimiento(s): entre crisis, entre guerras.** Tomo II. Chiapas, México: San Cristóbal de Las Casas, 2015.

CASTILHO, Ataliba T. de. **Nova Gramática do português brasileiro.** São Paulo: Contexto, 2016.

COUTINHO, Ismael de Lima. **Pontos de Gramática Histórica.** Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1976.

MIGNOLO, Walter D. **La opción de-colonial: desprendimiento y apertura. Un manifiesto y um caso.** Tabula Rasa. Bogotá - Colombia, Nº 8: 243-281, enero-junio, 2008.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina.** En libro: **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais.** Perspectivas latino-americanas. Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. Setembro, 2005. Pp. 227-278.

WALSH, C. **Interculturalidade crítica e educação intercultural.** 2009. (Conferência apresentada no Seminário “Interculturalidad y Educación Intercultural”, Instituto Internacional de Integración del Convenio Andrés Bello, La Paz). Disponível em: <<https://docs.google.com/document/d/1GLTsUp2CjT5zlj1v5PWtJtbU4PngWZ4H1UUKnc4LIdA/edit>>.